

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) DE
DIREITO DA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI E DELITOS
DE TRÂNSITO DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE
XXXXXX-DF**

Referente ao processo n.º XXXXXXXX

Fulano de tal, já qualificado nos autos do
processo em epígrafe, vem, por intermédio da
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL,
apresentar suas

RAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

em virtude de recurso interposto às fls. 250-verso.

XXXX-DF, XX/XX/XXXX

FULANO DE TAL
Defensor Público

**EGRÉGIO TRIBUNAL
COLENDIA TURMA**

Proc: XXXXXXXX

Recorrente: Fulano de tal

Recorrido: Ministério Público

1- RESUMO DOS FATOS

O recorrente responde a ação penal pela suposta prática dos crimes previstos no art.121, §2º, I c/c art. 14, II do Código Penal contra **Fulano de tal**, e ainda pelo crime do art. 121, *caput*, c/c art. 14, II, também do CP, contra a vítima **João Fulano de tal**.

Narra a exordial acusatória que no dia dos fatos o acusado desferiu disparos de arma de fogo contra ambas as vítimas, acertando-os. O crime teria sido praticado por vingança, em virtude de ter ocorrido uma briga, no mesmo dia, entre o acusado e a vítima **Fulano de tal**.

Iniciada a instrução, foram ouvidas a vítima **Fulano de tal** (fls. 193) e as testemunhas **Fulano de tal** (fls. 194), **Fulano de tal** (fls. 195) e **Fulano de tal** (fls. 222). Em seu interrogatório, o acusado usou do seu direito de permanecer calado.

Apresentadas as alegações finais pelas partes, foi proferida decisão de pronúncia, contra a qual a defesa técnica interpôs recurso em sentido estrito, o que deu ensejo á apresentação destas razões recursais.

É o relato do necessário.

1 - DO DELITO PRATICADO CONTRA A VÍTIMA FULANO DE TAL

1.1- INEXISTÊNCIA DA QUALIFICADORA DO MOTIVO TORPE

Na decisão de pronúncia, o juízo *a quo* concluiu pela existência da qualificadora do motivo torpe no que tange ao suposto delito praticado contra a vítima **Fulano de tal**. Entretanto, dos elementos dos autos, não é possível se extrair a existência da qualificadora atinente ao motivo torpe. Narra a denúncia que o delito fora cometido por vingança, o que caracterizaria, na espécie, o motivo torpe.

Entretanto, verifica-se que no mesmo dia das condutas narradas na exordial acusatória, a vítima **Fulano de tal** praticou delito de dano contra o patrimônio da empresa de ônibus da qual o acusado é motorista. A vítima fazia transporte clandestino de passageiros quando teria parado em local inadequado, tendo sido repreendido pelo acusado. Após a repreensão, uma discussão se iniciou entre o acusado e a vítima, tendo esta, posteriormente, realizado

freadas bruscas na frente do ônibus dirigido pelo acusado, que estava com muitos passageiros. É o que se extrai do depoimento da testemunha **Fulano de tal**:

“que conhece o acusado; que na data dos fatos estava trabalhando como cobrador e o réu dirigindo o ônibus; que o motorista do ônibus parou na parada do hospital, porém havia um veículo particular parado na baia do ônibus; que o réu reclamou com o motorista do carro pedindo para ele não parar ali; que o ônibus continuou seu trajeto e o veículo seguiu à frente do ônibus até a parada da quadra XX; que o veículo vinha dando freadas bruscas na frente do ônibus; que no final da Rabelo o motorista do carro particular parou e o réu de dentro do ônibus reclamou dizendo que tinha muita gente no ônibus e que não era para ele ficar freando na frente (...)”

Iniciada a discussão, a vítima, juntamente com mais X (XXX) pessoas, correram atrás do acusado e não conseguiram alcançá-lo, tendo entrado no ônibus que o acusado dirigia quebrando os para-brisas, retrovisores,

vídeos laterais, arrombando ainda o caixa e levando R\$ XXXXXX (XXXXXX), além de furtar a carteira e o celular do acusado. O dano causado pela vítima está demonstrado às fls. 102-105 e também na matéria veiculada na página eletrônica do Correio Braziliense (fls. 168), tendo havido registro de ocorrência das infrações penais praticadas (fls. 91-94), quais sejam, o exercício ilegal de profissão ou atividade e o dano contra o patrimônio público.

A testemunha **Fulano de tala** confirmou que havia X (XXXXX) pessoas correndo atrás do acusado logo após a discussão de trânsito ocorrida, tendo tais pessoas entrado no ônibus e mexido no caixa do veículo:

“que viu o réu correndo e haviam quatro pessoas correndo atrás dele; que o réu entrou no barraco da declarante; que os quatro voltaram e quebraram o ônibus; que o réu pulou a janela da casa da depoente e foi para o mato; que a depoente fechou a casa e ficou dentro com medo; que a depoente ficou observando as quatro pessoas entrarem no ônibus, mexendo no caixa (...)”

Não obstante a narrativa da exordial acusatória indique que o motivo teria sido torpe, eis que o crime fora praticado por vingança, é de se ressaltar que a

vingança pode ou não ser motivo torpe a depender do motivo que a originou.

Percebe-se no caso em tela que os supostos disparos de arma de fogo efetuados pelo acusado contra a vítima vieram de um contexto de desavença recente, na qual a vítima praticou contra o acusado infrações penais devidamente registradas em sede policial. Não se pode ter por torpe este motivo, ainda que possa se configurar como vingança.

Ante o exposto, requer a Defesa Técnica o conhecimento e provimento do recurso no sentido da reforma da sentença para a exclusão da qualificadora atinente ao motivo torpe quanto ao delito de tentativa de homicídio praticado contra a vítima Fulano de tal.

Nestes termos.

Pede deferimento.

XXXX-DF, XX/XX/XXXX

FULANO DE TAL

Defensor Público